



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 162.016-6  
Comarca: Sertânia  
Vara: Vara Única  
Apelante: José Marcos Barbosa Pinheiro e Outro  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador de Justiça: Maria Francisca de Mendonça Silva  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

**EMENTA:** PENAL/PROCESSUAL PENAL – APELAÇÃO – ROUBO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA – PRELIMINARES DE NULIDADE PELA NÃO INTIMAÇÃO DE TODOS OS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS, DE AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO AOS ACUSADOS E DE FALTA DE ASSINATURA NO TERMO DA AUDIÊNCIA-REJEIÇÃO-ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS E DESCARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PROVIMENTO PARCIAL- UNÂNIME.

1. Não há nulidade do processo pela não intimação de todos os advogados constituídos, pois inexiste petição nos autos que requeira que a intimação seja feita em nome de um dos advogados especificamente ou dos dois concomitantemente, de forma que não há qualquer ilegalidade quando apenas um deles é intimado.
2. Quanto à falta de nomeação de defensor dativo aos acusados, tem-se que tal vício foi sanado, pois a audiência em questão foi renovada na presença do advogado defensivo, sendo certo que defeito anterior, no caso concreto, não contamina o ato posterior realizado de acordo com as formalidades legais.
3. A falta de assinatura do advogado da defesa na ata de audiência configura-se como mero erro cartorário que não acarreta prejuízo aos réus.
4. A absolvição de um dos réus quanto a todos os crimes em apreço é imperativa em face da insuficiência de provas de sua participação. Do mesmo modo, o delito não foi perpetrado por mais de três pessoas não havendo indícios de que os acusados se associem para cometer crimes, de modo que a absolvição quanto à formação de quadrilha se impõe quanto ao segundo apelante, mantendo-se a condenação pelo roubo pois restou devidamente comprovada a autoria.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



5. Recurso provido parcialmente. Unanimidade.

077

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal nº 162.016-6, em que figuram como partes as acima nominadas. ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em dar provimento parcial ao apelo dos réus para absolver o acusado José Marcos Barbosa Pinheiro de todas as imputações que lhe são feitas, expedindo-se, após o trânsito em julgado, Alvará de Soltura em favor do mesmo, bem como para absolver o apelante Mário Lúcio da Silva apenas quanto ao crime de formação de quadrilha, tudo nos termos do art. 386, VII, CPP, mantendo a condenação deste quanto ao crime de roubo (art. 157, §1º, 2º, I e II) e restando intocável a sentença vergastada nos demais termos.

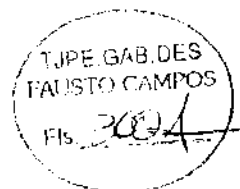
Recife, 12 de Janeiro de 2009.

Presidente

Des. Fausto Campos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



Apelação Criminal nº: 162.016-6  
Comarca: Sertânia  
Vara: Vara única  
Apelante: José Marcos Barbosa Pinheiro e Outro  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador de Justiça: Maria Francisca de Mendonça Silva  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

078

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de apelação interposto pelos acusados José Marcos Barbosa Pinheiro e Mário Lúcio da Silva (vulgo Paulistinha) contra sentença da Comarca de Sertânia (fls. 258/266) que os conderou pela prática dos crimes descritos no art. 157, §§ 1º e 2º, I e II e no art. 288, parágrafo único, do CP, à pena de 12 (doze) anos para o roubo e 2 (dois) anos pelo crime de formação de quadrilha e 30 (trinta) dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos.

Insurgem-se os Apelantes, tempestivamente, alegando, preliminarmente, a nulidade do julgamento face à inexistência de intimação de todos os advogados constituídos, pela ausência de nomeação de defensor dativo aos acusados e ausência de assinatura do advogado no termo posterior de audiência. No mérito, aduzem que inexistem provas de que o roubo tenha sido perpetrado por pelo menos quatro pessoas, o que inviabilizaria a configuração do crime de formação de quadrilha, pedindo a absolvição do réu José Marcos Barbosa Pinheiro por todos os delitos e de Mário Lúcio da Silva quanto ao crime de formação de quadrilha.

Contra-razões do Ministério Público às fls. 321/328, pelo provimento do recurso para absolver o acusado José Marcos Barbosa Pinheiro por todo o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



contido na denúncia e o réu Mário Lúcio da Silva no tocante à formação de quadrilha.

A Procuradoria de Justiça, mediante parecer de fls. 356/357, da lavra da Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, pugna pelo desprovemento do apelo.

Eis o importante a relatar.

À revisão.

Recife, 26 de maio de 2009.

**Des. Fausto Campos**

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 162.016-6  
Comarca: Sertânia  
Vara: Vara única  
Apelante: José Marcos Barbosa Pinheiro e Outro  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador de Justiça: Maria Francisca de Mendonça Silva  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

080

**VOTO PRELIMINAR**

Sr. Presidente.

Sr. (a) Desembargador (a).

Sr. (a) Procurador (a).

**1) DA ALEGADA INEXISTÊNCIA DE NULIDADE PELA NÃO INTIMAÇÃO DE TODOS OS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS.**

Cuidam os presentes autos de recurso de apelação dos réus José Marcos Barbosa Pinheiro e Mário Lúcio da Silva contra sentença da Comarca de Sertânia que os condenou pelos crimes de roubo e formação de quadrilha.

Alegam os apelantes que o processo é nulo, pois os dois acusados constituíram nos seus interrogatórios os advogados Bartolomeu Brasileiro e Rui Brasileiro, estando presente apenas este último, que apesar de irmão do outro patrono não mantém escritório juntos e que apenas Rui Brasileiro foi intimado para apresentar defesa prévia e para comparecer à audiência de inquirição de testemunhas, não sendo intimado Bartolomeu Brasileiro, ausente no interrogatório.

Pois bem. O ministério público em suas contra-razões aponta que os réus indicaram indistintivamente e conjuntamente os Béis. Bartolomeu Brasileiro e Rui Brasileiro como patronos. De fato, verifico às fls. 55/56 que os acusados apontaram estes como advogados, não havendo sinal de distinção entre os mesmos nem petição que indicasse individualização quanto à defesa técnica.

No mais, ressalte-se que os patronos exercem a defesa da causa conjuntamente pois, conforme se evidencia da razões de apelação, apenas o Sr. Bartolomeu subscreveu a petição em nome de ambos os apelantes.

Este documento é uma cópia eletrônica do original, assinado digitalmente pelo Des. Fausto Campos, em 10/05/2016, às 14:05:00, no sistema de assinatura digital do TJPE.

Praça da República, s/n – bairro de Santo Antonio – Recife – PE – CEP 50.010-040 • Fone/fax: 3419-3352



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



081

Os dois patronos deveriam defender os réus e, estando presente o Sr. Rui Brasiliano no interrogatório, este foi de logo intimado para apresentar defesa prévia e para audiência de inquirição de testemunhas.

Destarte, o fato de o Sr. Bartolomeu não ter sido intimado em nada nulifica o processo pois o outro advogado, que defendia os dois acusados, foi, sim, intimado, não havendo qualquer prejuízo para os apelantes que leve à nulidade, nos termos do art. 563 do CPP.

Assim, entendendo que inexistindo petição nos autos solicitando que a intimação seja feita em nome de um dos advogados especificamente ou dos dois advogados concomitantemente, não há qualquer ilegalidade quando apenas um de es é intimado.

Este é também o entendimento egresso do STJ:

HABEAS CORPUS. PACIENTE CONDENADO A 12 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO, POR HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2o., II E IV DO CPB). INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO FEITO EM NOME DE UM DOS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS. INEXISTÊNCIA DE PETIÇÃO REQUERENDO QUE A COMUNICAÇÃO DO ATO PROCESSUAL FOSSE FEITA EM NOME DE DETERMINADO PROCURADOR. NÃO OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE. PRECEDENTE DESTE STJ. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. Estando o réu assistido por diversos procuradores e inexistindo nos autos petição para que a intimação fosse feita, especificamente, em nome de um deles, não há falar em ilegalidade quando a comunicação do julgamento do apelo se faz na pessoa de um dos advogados constituídos. Precedente do STJ.

2. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

3. Ordem denegada.

(HC 110.134/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 27/04/2009). (Grifos nossos)

Posto isso, voto pela rejeição da preliminar arguida pelos acusados.

**2) DA NÃO NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO AOS APELANTES E AUSÊNCIA DE ASSINATURA NO TERMO POSTERIOR DA AUDIÊNCIA.**

Alega-se, ainda, que os advogados não estiveram presentes na oitiva das testemunhas, apesar do Sr. Rui Brasiliano ter sido intimado, e que o Juiz processante



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



não nomeou defensor dativo aos réus. Além disso, alegam nulidade da audiência em que foram reinquiridas as testemunhas, pois apesar de estar consignado que o Sr. Rui Brasiliano esteve presente, o mesmo não assinou a ata de audiência.

De fato, conforme ata de audiência de fls. 102, foram ouvidas a vítima e testemunhas de acusação, sendo certo que nenhum dos advogados estavam presentes e que o juiz não nomeou defensor dativo. Assim, o prejuízo dos apelantes é presumido, o que invalidaria, em tese, a audiência.

No entanto, verifico que o juiz tomou o cuidado de reinquirir a vítima e as testemunhas da acusação, desta vez, na presença do advogado da defesa Rui Brasiliano, conforme fl. 191, em que as mesmas ratificaram todas suas declarações, sendo contraditadas pelo patrono defensivo, não havendo o mesmo se insurgido, na ocasião, contra qualquer ato da audiência.

Observe-se que quanto ao réu José de Assis, seu patrono estava ausente na audiência, no entanto, o juiz nomeou defensor dativo ao mesmo.

Assim, apesar da irregularidade da audiência anterior, é certo que este defeito não contamina a posterior, que é independente e em que foram tomadas todas as formalidades legais exigidas.

Quanto à alegação de que não consta a assinatura do advogado da defesa na ata de audiência cuido que há apenas mero erro cartorário, como bem ressaltou o Parquet em suas contra-razões, posto que consta da ata a presença do patrono que teria até mesmo feito perguntas às testemunhas. Além do mais, ressalte-se que tal omissão não foi protestada pelo advogado na audiência, ou mesmo nas alegações finais da defesa.

Sendo assim, voto pela rejeição desta preliminares.

É como voto.

Recife, 12 de junho de 2009.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



083

Apelação Criminal nº: 162.016-6  
Comarca: Sertânia  
Vara: Vara Única  
Apelante: José Marcos Barbosa Pinheiro e Outro  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador de Justiça: Maria Francisca de Mendonça Silva  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

**VOTO DE MÉRITO**

Sr. Presidente.

Sr. 1ª Desembargador (a).

Sr. 1ª Procurador (a).

Consta da denúncia que, na comarca de Sertânia, no dia 06/08/2003, os Apelantes José Marcos Barbosa Pinheiro e Mário Lúcio da Silva, juntamente com mais dois acusados, José de Assis Alves Feitosa e Joseleide Araújo Oliveira, teriam assaltado a vítima Adilson Bezerra dos Santos.

Assim foram condenados pela prática dos crimes descritos no art. 157, §§ 1º e 2º, I e II e 288, parágrafo único, do CP, à pena de 12 (doze) anos para o roubo e 2 (dois) anos pelo crime de formação de quadrilha e 30 (trinta) dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos.

Alegam os apelantes que as provas dos autos não indicam que o José Marcos Barbosa Pinheiro tenha participado do crime de roubo, bem como que não há provas de que o crime tenha sido perpetrado por pelo menos quatro membros, pugnando pela absolvição de ambos os réus no tocante ao crime de formação de quadrilha.

Vislumbro haver razão aos apelantes.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



684

De fato, a própria vítima em juízo aduz que o assalto foi praticado por duas pessoas, reconhecendo apenas o apelante Mário Lúcio da Silva (vulgo Paulistinha) e o acusado José Feitosa, tendo este último adentrado no estabelecimento portando uma arma de fogo quando o acusado Mário dava cobertura esperando seu comparsa em uma moto, que serviu para a fuga dos dois. É o que se infere de suas declarações (fl. 191):

"Quem conduzia a moto era o acusado Paulistinha, reconhecido no presente ato; que reconheceu também o José de Assis como sendo um dos partícipes do ocorrido(...)".

Apesar da vítima fazer menção ao nome de José Marcos em sede de inquérito (fl. 10), retratou-se implicitamente ainda na fase policial (fl.11) bem como em audiência, pois não mais o indicou dentre os culpados, sendo certo que tal fato não pode ser considerado como prova contra o acusado.

As demais testemunhas presenciais, Geneci Remígio da Silva (fl. 102/104) e Aluizio Laurindo Bezerra (fls. 191/192) embora não reconheçam qualquer dos acusados, são uníssonas em afirmar que o assalto fora praticado por apenas duas pessoas.

Desta forma, à exceção do acima mencionado, nenhum dos depoimentos, quer das testemunhas, quer da vítima, fazem referência ao apelante José Marcos Barbosa, de modo que sua absolvição é imperativa em face da insuficiência de provas da sua participação.

Com relação ao apelante Mário Lúcio da Silva é certo que sua condenação deve ser mantida pois a autoria está comprovada conforme fls. 102 e 191, sendo reconhecido pela vítima.

Destarte, tendo em vista que o crime em apreço não foi perpetrado por mais de três pessoas e não havendo qualquer prova no sentido de que os acusados se associem com outros indivíduos para o cometimento de crimes de modo a se configurar o delito de formação de quadrilha, a absolvição dos mesmos por este crime também se impõe, pois os elementos de prova não perfazem o tipo penal do art. 288 do CP.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



085

Posto isso, ratificando as alegações finais e as contra-razões do Ministério Público, voto no sentido de dar provimento parcial à apelação dos réus para absolver o acusado José Marcos Barbosa Pinheiro de todas as imputações que lhe são feitas, expedindo-se, *in continenti*, Alvará de Soltura em favor do mesmo, bem como para absolver o apelante Mário Lúcio da Silva apenas quanto ao crime de formação de quadrilha, tudo nos termos do art. 386, VII, CPP, mantendo a condenação deste quanto ao crime de roubo (art. 157, § 1,º 2º, I e II) e restando intocável a sentença vergastada nos demais termos.

É como voto.

Recife, 12 de janeiro de 2009.

Des. Fausto Campos  
Relator



APELAÇÃO CRIME N.º 0162016-6 –Vara Única de Sertânia

RECORRENTE: José Marcos Barbosa Pinheiro e outro

RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Fausto Campos

REVISOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

### VOTO PRELIMINAR

Senhores Desembargadores,

Senhora Procuradora de Justiça:

Os Apelantes levantam preliminar de nulidade do processo pela não intimação de todos os advogados constituídos.

A preliminar de nulidade argüida não merece acolhimento.

Observo que o primeiro fundamento para a nulidade residiria no fato de os Apelantes, José Marcos e Mário Lúcio, terem constituído como seus advogados os Bacharéis Rui Brasiliano de Melo e Bartolomeu Brasiliano de Melo, mas no interrogatório de fls. 55/56 só estaria presente o Bel. Rui Brasiliano, sendo este ali intimado para a apresentação de defesa prévia e o outro não, razão pela qual o Bel. Bartolomeu Brasiliano deixou de apresentar defesa prévia em favor de um dos Apelantes.

Ocorre que tal argumento não merece acolhida, visto que os Apelantes, no interrogatório de fls. 55/56, indicam os dois Bacharéis, indistintamente, como seus defensores não existindo qualquer nulidade na intimação de apenas um deles. Ademais, inexistente nos autos petição requerendo que a intimação seja efetuada concomitantemente em nome dos dois advogados ou especificamente em nome de um deles. Ressalte-se, ainda, que as razões de Apelação são apresentadas pelo Bel. Bartolomeu Brasiliano de Melo em favor de José Marcos e Mário Lúcio.

Pelo exposto, inexistente qualquer nulidade na intimação de apenas um dos advogados constituídos. Essa é também a orientação seguida pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme precedente abaixo colacionado:

Forum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, 593, 3.º andar, Santo Antônio, Recife, PE. CEP 50.010-230. Fone: (0xx81) 3419.32.05. Fone-fax: (0xx81) 3419.36.29.

Página 1 de 1

RKSB



087

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. RAZÕES RECURSAIS NÃO APRESENTADAS. DEFENSOR CONSTITUÍDO DEVIDAMENTE INTIMADO. NULIDADE INEXISTENTE. RÉU ASSISTIDO POR MAIS DE UM ADVOGADO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DE TODOS OS PROCURADORES PARA A VALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS. ORDEM DENEGADA.

1. Inexiste nulidade se, a despeito de devidamente intimado, o defensor constituído pelo réu não apresenta as razões de apelação. Precedentes.

2. A circunstância de o réu ter sido assistido por mais de um advogado, em virtude de substabelecimento com reserva de poderes, sem pedido de publicação exclusiva em nome de um deles, não implica a necessidade de intimação de todos os procuradores para a validade dos atos processuais. Precedentes.

3. Ordem denegada.

(HC 44246/ES, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2006, DJ 09/10/2006 p. 319)

**REJEITO** a preliminar.

Passo a segunda preliminar.

Os Apelantes fundamentam o cerceamento de defesa, ainda, no fato de que a audiência de testemunhas de acusação (fls. 102/104) foi realizada com a ausência do Bel. Rui Brasiliano (apesar dele ter sido intimado na audiência de interrogatório dos réus) e do Bel. Bartolomeu Brasiliano, bem como sem a nomeação de defensor dativo.

Seguem alegando que, mesmo quando houve a reiteração da audiência, em 13/01/05, para a ouvida das mesmas testemunhas, o Bel. Rui Brasiliano não teve sua assinatura lançada no Termo de Audiência e o Bel. Bartolomeu Brasiliano esteve ausente, diante da suposta ausência de intimação para o ato.

Veja-se a Súmula nº 523 STF: "No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu".

Prevalece, aqui o princípio do *pas de nullité sans grief* para superar os erros procedimentais e aproveitar ato judiciais livres de mácula, em prol de uma decisão oportuna e adequada sem nenhum prejuízo às partes.

Realmente, o prejuízo dos apelantes seria presumido no que concerne a ausência dos advogados constituídos, na audiência de fls. 102, bem como na ausência de nomeação de defensor dativo.

Contudo, o ato foi confirmado na audiência de fls. 191, com a presença do

Forum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, 593, 3.º andar, Santo Antônio, Recife, PE. CEP 50.010-230. Fone: (0xx81) 3419 32 05. Fone-fax: (0xx81) 3419 36 29.

Página 2 de 2

RKSB



088

advogado dos Apelantes, Bel. Rui Brasiliano, e sendo nomeado defensor dativo ao réu José de Assis, cujo patrono esteve ausente.

Outrossim, mais uma vez observo que não houve ofensa ao rito processual tendo em vista a presença do Bel. Rui Brasiliano que, efetivamente, foi intimado (fls. 55/56) para apresentar defesa prévia e para audiência de oitiva de testemunhas. Se algum dos defensores não compareceu, isto foi resultado de desídia sua e não do juízo.

No que concerne à ausência de assinatura do Bel. Rui Brasiliano no Termo de Audiência de fls. 192, tal fato se constitui como mera irregularidade, pois sua presença pode ser constatada no registro das perguntas às testemunhas transcrito na ata.

Pelo exposto, **REJEITO** a preliminar.

Recife, 12 de fevereiro de 2009.

**Des. Roberto Ferreira Lins**  
**Relator**



089

APELAÇÃO CRIME N.º 0162016-6 –Vara Única de Sertânia

RECORRENTE: José Marcos Barbosa Pinheiro e outro

RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Fausto Campos

REVISOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

### VOTO DE MÉRITO – REVISÃO

Senhores Desembargadores,

Senhora Procuradora de Justiça:

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por José Marcos Barbosa Pinheiro e Mário Lúcio da Silva ("Paulistinha") contra a sentença que os condenou ao crime de roubo previsto nos art. 157, §§ 1º e 2º, I e II e 288, § único c/c 29, caput, todos do CP, com o escopo de ser concedida a absolvição do primeiro apelante e de ser excluída a responsabilidade do segundo apelante pelo crime capitulado no art. 288, § único do CP.

Em apertada síntese, alegam a impossibilidade de se atribuir a ação criminosa a José Marcos Barbosa Pinheiro diante do quadro probatório que se apresenta, requerendo este a absolvição, bem como alegam a ausência de provas suficientes à configuração do crime capitulado no art. 288 CPP, razão pela qual Mário Lúcio da Silva requereu a isenção de responsabilidade concernente a tal crime.

Observo que assiste razão aos Apelantes.

Inicialmente, verifico que o conjunto probatório demonstra ter sido praticado o delito por apenas dois agentes (fls. 23, 24, 102, 103, 191, 192), o que já afasta a manutenção da condenação pelo crime do art. 288 do CP.

No que concerne à condenação de José Marcos Barbosa Pinheiro, entendo falecerem provas suficientes e seguras de sua co-participação, capazes de ensejar a manutenção de sua condenação, a qual exige um juízo de certeza, posição esta firmada pacificamente por nossos Tribunais.



É fato que a vítima, em declaração firmada da Delegacia de Polícia de Sertânia (fls. 15), afirma ter reconhecido o Apelante José Marcos Barbosa Pinheiro com sendo um dos dois agentes que o roubaram. Contudo, nas suas demais declarações, não consta o reconhecimento de autoria em relação ao referido apelante, apenas em relação a José de Assis e Mário Lúcio.

As testemunhas também não reconhecem José Marcos Barbosa Pinheiro (nem Joseleide Araújo de Oliveira) como um dos participantes na ação delituosa (fls. 23, 24, 103, 191, 192), pelo que não se pode inferir a sua participação, muito menos, manter a condenação.

Observo que, já nas Alegações Finais, o Ministério Público cingiu-se unicamente à condenação de José de Assis e Mário Lúcio (fls. 224/229), o que veio a ratificar nas contrarrazões recursais que ofereceu (fls. 321/328).

Há de prevalecer, na hipótese, a sapiência de sentença latina "in dubio pro reo".

Por outro lado, não restando provada a participação de mais de três agentes, a condenação referente ao art. 288 CP haverá de ser excluída da sentença ora em reapreciação.

Pelo exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao apelo para absolver **José Marcos Barbosa Pinheiro** das acusações que lhe são imputadas, na forma do art. 386, VII do CPP, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, e excluir a responsabilização de **Mário Lúcio da Silva** pelo crime capitulado no art. 288, § único do CP, mantida sua condenação pelo art. 157, §2º, I e II.

É como voto.

Recife, 12 de *Março* de 2009.

**Des. Roberto Ferreira Lins**  
**Revisor**